

DECLARAÇÃO E PROPOSTA DA TRÍPLICE FRONTEIRA DO BRASIL, COLÔMBIA E PERU DIANTE DA PANDEMIA E "PÓS-PANDEMIA

Os abaixo assinados, cidadãos residentes na região fronteira do Brasil, Colômbia e Peru, membros de instituições acadêmicas, entidades estatais, comércio, associações de autoridades tradicionais indígenas, organizações não governamentais, organizações religiosas e amigos da região e da fronteira, considerando que:

1. Os governos nacionais do Brasil, Colômbia e Peru têm implementado políticas de fronteira indiferenciadas, inadequadas e insuficientes para lidar com a atual pandemia causada pela Covid-19, que se alastra sem controle, através das linhas divisórias de nossos países e sem uma solução à vista, à margem das necessidades, condições e potencialidades das áreas de fronteira.

2. O fracasso dessas políticas, produto acumulado do colapso, precariedade e corrupção nos sistemas de saúde de cada um desses países, é responsável pelo fato de até hoje (12 de maio de 2020) mais de sessenta pessoas terem morrido de causas diretas ou associadas à Covid-19 nos municípios fronteiriços do Brasil e pelo menos quarenta pessoas em Letícia e comunidades indígenas do entorno; várias dezenas estão em estado grave e há mais de mil infectados nos municípios de Letícia e Tabatinga, com os maiores índices de infecção em nossos países. Entre os primeiros estão, somente em Letícia, queridos líderes indígenas e líderes sociais e políticos como Antonio Bolívar, Josías Mendoza, Camilo Suárez, além de dezenas de pais e chefes de família responsáveis pelo apoio e manutenção de tantas famílias urbanas, ribeirinhas ou da floresta na tríplice fronteira.

3. Os governos locais e departamentais ou estaduais e provinciais dos três países implementaram fechamentos de fronteiras inadequados, ultrapassados e com resultados contraproducentes que, em vez de impedir o contágio, o propiciaram, tendo a sociedade fronteira que pagar um custo muito alto por ter visto seu modo de vida, convivência, mobilidade e comércio transfronteiriço radicalmente alterados, sem ter alcançado o propósito de deter a pandemia. Sem medo de se equivocar, pode-se dizer que, além dos fatores mencionados acima, a resposta descoordenada dos governos tem sido em grande parte responsável pelo descontrole da pandemia na fronteira.

4. As políticas das entidades que regulam as relações internacionais, das chancelarias e dos órgãos governamentais binacionais (comissões de vizinhança) têm demonstrado mais uma vez sua inação, desinteresse e na melhor das hipóteses sua lentidão, além de seu caráter centralista e excludente, o que as impede de ajudar a resolver de forma adequada e eficiente situações como estas e também de apresentar soluções de longo prazo. Já foi dito mil vezes que em uma região composta por três sociedades nacionais,

as comissões binacionais de vizinhança são de pouca utilidade. As autoridades encarregadas das relações internacionais permanecem cegas a esta realidade.

5. A fronteira do Brasil, Colômbia e Peru é uma fronteira única compartilhada por três países e não três fronteiras isoladas e confrontadas como continua a ser entendida não apenas pelos governos nacionais e ministérios das relações exteriores, mas, infelizmente, pelos próprios governos locais e departamentais. Da mesma forma, Letícia e Tabatinga não são apenas duas cidades de países diferentes, mas uma conurbação bi- e até mesmo trinacional, com Santa Rosa. Portanto, enquanto as cidades fronteiriças permanecem unidas pelo comércio, parentesco e redes familiares ou laços culturais, as políticas públicas e os governos que as promovem continuam atrasados e fragmentados. Políticas públicas de fronteira, ordenamento territorial ou políticas setoriais de integração fronteiriça, quando não ficaram no papel, foram deixadas sem regulamentação ou foram simplesmente arquivadas por falta de vontade política. Para citar apenas o caso colombiano, a lei de 1995 sobre fronteiras habilita as entidades territoriais colombianas a se associarem às dos países vizinhos, mas poucos progressos foram feitos a esse respeito.

6. Não há instâncias ou espaços para discussão, consulta ou formulação de propostas para a solução dos problemas fronteiriços conjuntos do Brasil, Colômbia e Peru. As propostas feitas a esse respeito não são conhecidas ou não foram levadas em conta nem pelas entidades governamentais da região nem pelas instâncias centrais de cada país, como as Chancelarias.

PROPÕEM

1. A criação do Conselho Territorial Transfronteiriço (CTT) do Brasil, Colômbia e Peru para ajudar a superar a atual pandemia na região fronteiriça, bem como para identificar e gerenciar propostas institucionais, estatais e sociais conjuntas no período "pós-pandêmico".

2. O objetivo deste Conselho, além do acima exposto, será a constituição, o reconhecimento nacional e internacional e a consolidação da região fronteiriça do Brasil, Colômbia e Peru. Para tanto, o CTT pode assessorar, de forma autônoma e independente, os governos e a sociedade dos três países no desenho de alternativas conjuntas de organização e governo, sociabilidade e sustentabilidade ambiental e econômica desta região transfronteiriça.

3. O Conselho Territorial Transfronteiriço será composto por representantes de cada país, dos setores acadêmicos, comerciais ou econômicos, das instituições estatais (municipal e departamental e/ou estadual, provincial), de organizações não governamentais, dos setores religiosos e pelas autoridades indígenas tradicionais (no caso da Colômbia) ou quem quer que atue em seu lugar. Além de Letícia e Tabatinga, os municípios fronteiriços (Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Puerto Nariño, Islândia e

Caballococha) também estarão representados no Conselho. Devido às suas características biogeográficas e socioculturais, na situação atual, os setores de saúde e ambiental de cada país também estarão representados. A nomeação e eleição desses representantes será feita de forma democrática dentro de cada setor.

4. O CTT é uma entidade da sociedade civil, independente dos governos que o constituem ou que nele estão representados. Portanto, não se pretende substituir estes ou as entidades associadas, nem questionar a sua legalidade. Tampouco se pretende a separação, independência ou anexação a nenhuma das entidades territoriais dos países que o constituem.

5. O CTT reconhece e respeita as diferenças e identidades territoriais nacionais, regionais ou étnicas e preconiza a ação conjunta, a solidariedade, a comunicação e a coordenação, em benefício da região transfronteiriça.

6. Assim que for constituído, o CTT poderá se dotar de seu próprio regulamento e organização, bem como estabelecer suas prioridades e metas dentro dos princípios estabelecidos nesta declaração. Além disso, o CTT terá um comitê diretor, composto por dois representantes de cada país, para um total de seis representantes. Pelo menos um desses representantes de cada país será do setor acadêmico.

7. A constituição dos CTT será feita de forma presencial ou virtual, após acordo e consulta com os signatários desta declaração, no dia

8. Os CTT terão um órgão oficial de informação, a GAZETA TRINACIONAL ou o título decidido pelos seus membros, cujo número zero será a promulgação assinada da presente declaração.

Assinam no dia 13 de maio de 2020, na fronteira tri-nacional,

* Para visualizar e assinar a declaração: <https://forms.gle/jd6cN2EyKGvaH1XU9>

BRAZIL, COLOMBIA AND PERU TRIPLE BORDER DECLARATION AND PROPOSAL TO FACE THE PANDEMIC AND “POSTPANDEMIC”

The bellow signers, residents at the border region of Brazil, Colombia and Peru, members of academic institutions, commerce, indigenous traditional authorities' associations, non-governmental organizations, religious organizations, and friends of the region and the cross-border, considering that:

1. Brazilian, Colombian and Peruvian national governments have carried out undifferentiated, inadequate and insufficient border politics to face the current Covid-19 pandemic, which spreads without control, throughout the dividing lines of our countries, and without any apparent solution, at the margins of the needs, conditions and potentialities of the frontier zones.

2. These policies' failure are the accumulated product of collapsed, precarious and corrupted health systems in each one of these countries. To date, these are responsible for more than 60 people diseased in the border municipalities of Brazil, and at least 40 people in Leticia and the neighboring indigenous communities; other several tens are in critical state, and there are more than one thousand people infected in the municipalities of Leticia and Tabatinga, with the highest contagious indexes in our countries. Among the diseased are, only in Leticia, dear indigenous, social and political leaders, like Antonio Bolívar, Josías Mendoza and Camilo Suárez, in addition to tens of fathers and mothers who are the unique supporters of urban, riverside, and into-the-jungle families at the triple border.

3. Local and departmental, or, state and provincial government officials from the three countries have implemented inadequate, uncoordinated borders' closures, with counterproductive consequences that have facilitated rather than diminished the infection channels. The border society has had to pay a high cost, as people experience a radical transformation in their lifestyle, coexistence, mobility and cross-border commerce, without it having a result on the pandemics detention. It is conclusive, that besides the factors addressed above, the governments' uncoordinated response has been at a great deal responsible for the pandemics' uncontrollable outburst at the border.

4. The policies of regulatory international relations' institutions, chancelleries, and bi-national government instances (neighborhood commissions) have demonstrated once again their inaction, lack of interest, and in the best scenario, tardiness, as well as their centralist and exclusive character. This keeps off adequate and efficient joint solutions, and even more solutions at a long sage. It has been said many times that neighborhood bi-national commissions in a region formed by three national societies are inefficient. Chancelleries are blind to this reality.

5. The Brazilian, Colombian and Peruvian cross-border is a unique border shared by three countries, rather than three isolated and in-confrontation borders as it is understood by national governments and chancelleries, as well as, unfortunately, local and departmental governments themselves. In the same way, Leticia (Colombia) and Tabatinga (Brazil) represent a bi-national conurbation, and even tri-national, with Santa Rosa (Peru), instead of two or three cities from different countries. This is the reason why, while the people at the cross-frontier are united through commerce, kinship networks, and/or cultural ties, public policies and governments enacting them are outdated and fragmented. Border, territorial ordering and sectorial integration of the border policies, have not been regulated or have been filed due to lack of political interest. For example, in the Colombian case, the Borders Law of 1995, which empowers Colombian territorial entities to associate with their neighbors' peers has not have any advance on its implementation.

6. There are neither instances nor spaces for discussion, consultation or formulation of proposals regarding the solving of problems at the cross-border of Colombia, Peru and Brazil. The proposals handed are unknown or ignored by the regional government entities and the central instances of each country, like the chancelleries.

WE PROPOSE

1. The creation of the Cross-border Territorial Council of Brazil, Colombia and Peru (CTT, by its acronym in Spanish) to assist in the overcoming of the current pandemics in the region, as well as to identify and manage joint institutional, state and social proposals for the "post-pandemic" period.

2. The aim of this Council, besides the above, will be the constitution, national and international acknowledgement, and consolidation of the Brazilian, Colombian and Peruvian cross-border region. For this, the CTT with autonomy and independency, could give advice to governments and the society from the three countries in the design of joint alternatives for organization and government, sociability, and environmental and economics sustainability for this cross-border region.

3. The CTT will be constituted by representatives from each country, from academics, commercial or economics, state institutional (municipal and departmental and/or state and province), non-governmental organizations, religious and indigenous traditional authorities (in the Colombian case, or who may be their representatives) sectors. Similarly, besides Leticia and Tabatinga, the border municipalities (Benjamin Constant, Atalaya, Puerto Nariño, Islandia and Caballococha) will be represented in the Council. Health and environmental sectors' representatives from each country will be a part of the Council given the biogeographic and socio-cultural features of the current conjuncture. The representatives' postulation and election will be democratic for each sector.

4. The CTT is a civil society entity, independent from the governments constituting it or that are represented in it. Therefore, it does not intend to replace government institutions or their associated entities, neither questioning its legal status. It is not in the proposal of the Council, the separation or addition to the territorial entities of the three countries.

5. The CTT acknowledges and respects the inner national, regional and/or ethnic territorial identities and differences, and promotes the joint action, solidarity, communication and coordination, in benefit of the cross-border region.

6. As soon as the CTT is constituted, it could establish its own regulation and organizational status, as well as its priorities and goals, taking into account the enacted in this declaration. Also, the CTT will have a directive committee, composed by two representatives from each country, for a total of six commissioners. At least one of these commissioners must come from the academic sector.

7. The CTT will be constituted in a face-to-face or virtual form, after a previous consultation and agreement with this declaration' signers, the day ___ of ___.

8. The CTT will have an official informative organ, the GACETA TRINACIONAL, or the name that members will define, whose first number will be the enactment of this Declaration with the complied signatures.

This Declaration was signed the twenty-fifth of May 2020 at the tri-national border by,

* To see and sign the declaration: <https://forms.gle/jnJpc5KTEE4QMFrk7>

DÉCLARATION ET PROPOSITION DE LA FRONTIÈRE TRINATIONALE ENTRE LE BRÉSIL, LA COLOMBIE ET LE PÉROU FACE À LA PANDÉMIE ET LA «POST-PANDÉMIE»

Les soussignés, citoyens résidant dans la région frontalière du Brésil, de la Colombie et du Pérou, membres d'établissements universitaires, d'entités étatiques, de commerce, d'associations d'autorités autochtones traditionnelles, d'organisations non gouvernementales, d'organisations religieuses et des amis de la région et de la frontière, considérant que:

1. Les gouvernements du Brésil, de la Colombie et du Pérou ont mis en œuvre des politiques frontalières indifférenciées, inadéquates et insuffisantes pour faire face à la pandémie actuelle causée par le Covid-19 qui se propage sans contrôle, à travers les frontières de nos pays et sans solution en vue, quels que soient les besoins, les conditions et le potentiel des zones frontalières.
2. L'échec de ces politiques dû à l'effondrement, la précarité et la corruption des systèmes de santé de chacun de ces pays, sont responsables qu'aujourd'hui (12 mai 2020), plus de soixante personnes sont décédés de causes directes ou associées au Covid-19, dans les municipalités frontalières du Brésil et au moins quarante personnes à Leticia et dans les communautés autochtones environnantes; ainsi que plusieurs dizaines d'autres sont dans un état grave et plus d'un millier sont infectées dans les municipalités de Leticia (Colombie) et Tabatinga (Brésil), ayant ainsi les taux de contagion les plus élevés de nos pays. Parmi ces victimes mortelles à Leticia, se trouvent les dirigeants autochtones, sociaux et politiques Antonio Bolívar, Josías Mendoza, Camilo Suárez, ainsi que des dizaines de pères et de mères chefs de famille responsables de la subsistance et de l'entretien de nombreuses autres familles vivant en villes, au bord des fleuves ou dans la jungle autour de la triple frontière.
3. Les dirigeants locaux, départementaux, des états ou des provinces des trois pays ont mis en place des fermetures de frontières inadéquates, déphasées et avec des résultats contre-productifs qui, au lieu de prévenir les contagions, les ont incités, menant la société frontalière à payer un prix élevé pour avoir été perturbée radicalement dans son mode de vie, sa coexistence, les mobilités ainsi que le commerce transfrontalier, sans avoir atteint l'objectif de stopper la pandémie. Sans crainte de se tromper, on peut dire qu'en plus des facteurs décrits ci-dessus, la réponse désorganiser des gouvernements a été en grande partie responsable de la pandémie hors de contrôle à la frontière.
4. Les politiques des entités qui régulent les relations internationales, les ministères des Affaires étrangères et les instances de gouvernement binationaux (commissions de voisinage) ont une nouvelle fois démontré leur inaction, leur désintérêt et, au mieux, leur lenteur, en plus de leur attitude centralisatrice et exclusive, les empêchant de

résoudre des conjonctures comme celles-ci de manière adéquate et efficace. Il a été dit mille et une fois que dans une région composée de trois sociétés nationales, les commissions binationales de voisinage sont de peu d'utilité. Les autorités en charge des relations internationales restent cependant aveugles à cette réalité.

5. La frontière du Brésil, de la Colombie et du Pérou est une frontière unique partagée par trois pays et non par trois frontières isolées et confrontées comme le comprennent les gouvernements nationaux, les ministères des affaires étrangères et malheureusement, les gouvernements locaux et départementaux. De même, Leticia et Tabatinga ne sont pas seulement deux villes dans des pays différents mais une agglomération binationale et même trinationale avec Santa Rosa (Pérou). Ainsi, alors que les villes frontalières se maintiennent unies par le biais de réseaux commerciaux, familiaux et de parenté ou de liens culturels; les politiques publiques et les gouvernements qui les promeuvent continuent de prendre du retard et de se fragmenter. Les politiques publiques frontalières, les politiques d'aménagement du territoire ou les politiques sectorielles d'intégration frontalière, lorsqu'elles ne sont pas restées sur papier, n'ont pas été réglementées ou ont simplement été mises de côté en raison d'un manque de volonté politique. Pour ne citer que le cas colombien, la loi sur les frontières de 1995 autorise les entités territoriales colombiennes à s'associer avec leurs homologues des pays voisins, mais peu de progrès ont été réalisés à cet égard.

6. Il n'y a aucune procédures d'espaces de discussion, de consultation ou de formulation de propositions pour la solution aux problèmes frontaliers communs au Brésil, à la Colombie et au Pérou. Les propositions qui ont été faites à cet égard ne sont pas connues ou n'ont été prises en compte ni par les entités gouvernementales de la région ni par les autorités centrales de chaque pays, telles que les ministères des Affaires étrangères.

PROPOSENT:

1. La création du Conseil territorial transfrontalier (CTT) du Brésil, de la Colombie et du Pérou pour aider à surmonter la pandémie actuelle dans la région transfrontalière, ainsi que pour identifier et gérer des propositions institutionnelles, étatiques et sociales conjointes dans la période «post-pandémique»

2. Le but de ce Conseil, en plus de ce qui précède, sera la constitution, la reconnaissance nationale et internationale et la consolidation de la région transfrontalière du Brésil, de la Colombie et du Pérou. À cet effet, le CTT pourra conseiller, de manière autonome et indépendante, aux gouvernements et à la société civile des trois pays concernés des propositions d'alternatives conjointes d'organisation de gouvernement et de sociabilité en vue d'une durabilité environnementale et économique de cette région transfrontalière.

3. Le Conseil territorial transfrontalier sera composé de représentants de chaque pays, issus des secteurs universitaire, commercial ou économique, d'institutions

gouvernementales (municipales et départementales, des états ou provinces), d'organisations non gouvernementales, issues des secteurs religieux et des autorités autochtones traditionnelles (dans le cas de la Colombie). Dans cette optique de représentativité et de diversité les municipalités frontalières (Benjamín Constant, Atalaya, Puerto Nariño, Islande et Caballococha) seront également représentées au sein de ce conseil. En raison des spécificités biogéographiques et socioculturelles de la situation actuelle, les secteurs de la santé et de l'environnement de chaque pays seront également représentés. La nomination et l'élection de ces représentants se feront démocratiquement au sein de chaque secteur.

4. Le CTT est une entité de la société civile indépendante des gouvernements constitués ou qui y sont représentés. Par conséquent, le CTT n'a pas l'intention de remplacer ces entités ou les entités associées, ni de remettre en question leur légalité. La séparation, l'indépendance ou l'annexion d'une quelconque entité territoriale des pays qui la constituent n'est pas conforme à ses objectifs.

5. Le CTT reconnaît et respecte les différences et identités territoriales nationales, régionales, ethniques et plaide pour une action commune, la solidarité, la communication et la coordination, au profit de la région transfrontalière.

6. Dès sa constitution, le CTT pourra édicter son propre règlement et son organisation, ainsi que fixer ses priorités et ses objectifs dans le respect des principes établis dans la déclaration présente. En outre, le CTT disposera d'un comité directeur, composé de deux représentants de chaque pays, pour un total de six commissaires. Au moins un de ces commissaires pour chaque pays sera issu du secteur universitaire.

7. La constitution du CTT se fera en personne ou virtuellement, après accord et concertation avec les signataires de cette déclaration, le jour de

8. Le CTT aura un organe officiel d'information, la GAZETTE TRINATIONNELLE ou le titre décidé par les membres, dont le numéro zéro sera la promulgation signée de cette déclaration.

Signé le 25 Mai 2020 à la frontière trinationale:

* Pour voir et signer la déclaration: <https://forms.gle/yRYzFm4A3Dmp9d9Z8>

DECLARACIÓN Y PROPUESTA DESDE LA TRIPLE FRONTERA DE BRASIL, COLOMBIA Y PERÚ FRENTE A LA PANDEMIA Y "POSPANDEMIA"

Los abajo firmantes, ciudadanos residentes en la región fronteriza de Brasil, Colombia y Perú, miembros de las instituciones académicas, de las entidades estatales, del comercio, de las asociaciones de autoridades tradicionales indígenas, de las organizaciones no gubernamentales, de las organizaciones religiosas y de los amigos de la región y la frontera, considerando que:

1. Los gobiernos nacionales de Brasil, Colombia y Perú han puesto en marcha políticas de frontera indiferenciadas, inadecuadas e insuficientes para enfrentar la actual pandemia ocasionada por el Covid-19 que se difunde sin control, a través de las líneas divisorias de nuestros países y sin solución a la vista, al margen de las necesidades, condiciones y potencialidades de las zonas de frontera.
2. El fracaso de estas políticas producto acumulado del colapso, precariedad y corrupción en los sistemas de salud de cada uno de estos países, es responsable de que hasta la fecha (mayo 12 de 2020) hayan muerto, por causas directas o asociadas al Covid-19, más de sesenta personas en los municipios fronterizos de Brasil y por lo menos cuarenta personas en Leticia y comunidades indígenas aledañas; que varias decenas estén en estado grave y haya más de mil infectados en los municipios de Leticia y Tabatinga, con los índices de contagio más altos de nuestros países. Entre los primeros están, en solo Leticia, queridos dirigentes indígenas y líderes sociales y políticos como Antonio Bolívar, Josías Mendoza, Camilo Suárez, además de decenas de padres y mujeres cabeza de hogar responsables del sustento y manutención de otras tantas familias urbanas, ribereñas o selváticas de la triple frontera.
3. Los gobernantes locales y departamentales o estatales y provinciales de los tres países han implementado cierres de frontera inadecuados, desacompañados y con resultados contraproducentes que en lugar de impedir los contagios, los ha propiciado, teniendo que pagar la sociedad fronteriza un altísimo costo por haber visto trastornado radicalmente su modo de vida, convivencia, movilidad y el comercio transfronterizo, sin haber logrado el propósito de detener la pandemia. Sin temor a equivocarse, puede decirse que además de los factores arriba señalados, la respuesta descoordinada de los gobiernos ha sido en gran medida responsable de que la pandemia este fuera de control en la frontera.
4. Las políticas de las entidades que regulan las relaciones internacionales, las cancillerías y las instancias de gobierno binacionales (comisiones de vecindad) han demostrado una vez más su inacción, desinterés y en el mejor de los casos lentitud además de su talante centralista y excluyente, que les impide ayudar a resolver adecuada y eficientemente coyunturas como estas y menos soluciones de largo plazo.

Se ha dicho una y mil veces que en una región compuesta por tres sociedades nacionales, de muy poco sirven comisiones de vecindad binacionales. Las autoridades encargadas de las relaciones internacionales siguen ciegas a esta realidad.

5. La frontera de Brasil, Colombia y Perú es una sola frontera compartida por tres países y no tres fronteras aisladas y enfrentadas como lo siguen entendiendo no solo los gobiernos nacionales y las cancillerías, sino desafortunadamente, los propios gobiernos locales y departamentales. Del mismo modo, Leticia y Tabatinga no son solo dos ciudades de distintos países sino una conurbación binacional e incluso trinacional, con Santa Rosa. Por eso, mientras los pueblos de la frontera se mantienen unidos a través del comercio, las redes de parentesco y familia o los lazos culturales; las políticas públicas y los gobiernos que las impulsan, continúan a la zaga y fragmentados. Las políticas públicas de frontera, las de ordenamiento territorial o las políticas sectoriales de integración fronteriza, cuando no se han quedado en el papel, han quedado sin reglamentación o simplemente se han archivado por falta de voluntad política. Para citar solo el caso colombiano, la ley de fronteras de 1995 faculta a las entidades territoriales colombianas para asociarse con las homologas de los países vecinos pero no se ha avanzado gran cosa en eso.

6. No existen instancias o espacios de discusión, consulta o formulación de propuestas para la solución de los problemas fronterizos conjuntos de Brasil Colombia y Perú. Las propuestas que se han hecho al respecto o no se conocen o no se han tenido en cuenta ni por las entidades de gobierno de la región ni por las instancias centrales de cada país, como las cancillerías.

PROPONEN

1. La creación del Consejo Territorial Transfronterizo (CTT) de Brasil, Colombia y Perú para ayudar a superar la actual pandemia en la región transfronteriza, así como para identificar y gestionar propuestas conjuntas institucionales, estatales y sociales en el periodo de la “pos pandemia”.

2. El propósito de este Consejo, además de lo anterior, será la constitución, reconocimiento nacional e internacional y consolidación de la región transfronteriza de Brasil, Colombia y Perú. Para este propósito el CTT podrá asesorar, de manera autónoma e independiente, a los gobiernos y la sociedad de los tres países en el diseño de alternativas conjuntas de organización y gobierno, sociabilidad y sostenibilidad ambiental y económica de esta región transfronteriza.

3. El Consejo Territorial Transfronterizo estará compuesto por representantes de cada país, de los sectores académico, comercial o económico, institucional estatal (municipal y departamental y/o estadual, provincial), organizaciones no gubernamentales, sectores religiosos y de las autoridades tradicionales indígenas (en el caso de Colombia) o quien haga sus veces. Igualmente, además de Leticia y Tabatinga,

los municipios fronterizos (Benjamín Constant, Atalaya, Puerto Nariño, Islandia y Caballococha) tendrán representación en dicho Consejo. Por sus características biogeográficas y socioculturales, en la actual coyuntura, también tendrán representación los sectores de salud y ambiental de cada país. La postulación y elección de estos representantes, se hará de forma democrática dentro de cada sector.

4. El CTT es una entidad de la sociedad civil independiente de los gobiernos que lo constituyen o que están representados en él. Por tanto, no pretende ni remplazar a estos o a las entidades asociadas, ni cuestionar su legalidad. Tampoco está dentro de sus propósitos la separación, independencia o anexión a ninguna de las entidades territoriales de los países que lo constituyen.

5. El CTT reconoce y respeta las diferencias e identidades territoriales nacionales, regionales o étnicas y propugna por la acción conjunta, la solidaridad, la comunicación y la coordinación, en beneficio de la región transfronteriza.

6. Tan pronto constituido, el CTT podrá darse su propio reglamento y su organización, así como fijar sus prioridades y metas dentro de los principios establecidos en esta declaración. Además, el CTT contará con un comité directivo, compuesto por dos representantes de cada país, para un total de seis comisionados. Al menos uno de esos comisionados por cada país, será del sector académico.

7. La constitución del CTT se hará de manera presencial o virtual, previo acuerdo y consulta con los firmantes de esta declaración, el día.....de.....

8. El CTT contará con un órgano informativo oficial, la GACETA TRINACIONAL o el título que decidan sus miembros, cuyo número cero será la promulgación firmada de esta declaración.

Firman a los 13 días del mes de mayo de 2020, en la frontera trinacional,

*Para ver y firmar la declaración: <https://forms.gle/dMLAp4is39CpkiCc7>